

MOVIMENTOS
SOCIAIS E
DEMOCRATIZAÇÃO
DA COMUNICAÇÃO
NO BRASIL:
DESAFIOS
CONTEMPORÂNEOS

[ARTIGO]

Carlos Henrique Demarchi

[RESUMO ABSTRACT RESUMEN]

A pauta da democratização da mídia no Brasil enfrenta, em tempos recentes, dificuldades para avançar junto ao Estado. Além da histórica resistência dos grupos hegemônicos de mídia, o governo, apesar de provocado pelos movimentos sociais, não se dispôs a enfrentar o tema e adotar políticas que levassem a transformações na área. Baseado nos debates teóricos sobre os movimentos sociais, o artigo discute os desafios contemporâneos para a democratização da comunicação. O estudo está ancorado em pesquisa bibliográfica, análise de documentos e entrevistas com representantes do movimento social. Conclui-se que a atuação do movimento brasileiro pela democratização da comunicação tem contribuído para a veiculação de ideias contra-hegemônicas.

Palavras-chave: Movimentos sociais. Democratização da comunicação. Políticas.

The media democratization agenda in Brazil faces, in recent times, difficulties to advance with the State. In addition to the historic resistance of hegemonic media groups, the government, despite being provoked by social movements, was not willing to face the issue and adopt policies that would lead to transformations in the area. Based on theoretical debates on social movements, the article discusses the contemporary challenges to democratization of communication. The study is anchored in bibliographical research, document analysis and interviews with representatives of the social movement. It is concluded that the Brazilian movement's action for the democratization of communication has contributed to the propagation of counter-hegemonic ideas.

Keywords: Social movements. Democratization of communication. Policies.

La pauta de la democratización de los medios de comunicación en Brasil ha enfrentado, en tiempos recientes, dificultades para avanzar con el Estado. Además de la histórica resistencia de los grupos mediáticos hegemónicos, el gobierno, a pesar de haber sido provocado por los movimientos sociales, no se dispone a encarar el tema y adoptar políticas que llevasen a transformaciones en el área. Basado en los debates teóricos sobre movimientos sociales, este artículo discute los desafíos contemporáneos para la democratización de la comunicación. Este estudio acude a la investigación bibliográfica, análisis documental y entrevistas con representantes del movimiento social. Se concluye que la actuación del movimiento brasileiro por democratización de la comunicación ha contribuido para la divulgación de ideas contra-hegemónicas.

Palabras clave: Movimientos sociales. Democratización de la comunicación. Políticas.

INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, a temática dos movimentos sociais vem ganhando, cada vez mais, espaço de análise no âmbito acadêmico. O crescimento da atenção acerca do assunto ocorre em simultâneo com a ampliação de iniciativas da sociedade voltadas para garantir a efetividade de direitos diversos.

Essas formas de expressão podem ser exemplificadas por meio de organizações, fóruns, coletivos e agremiações que visam, em última instância, assegurar a realização de demandas onde o poder público não consegue chegar.

O aprofundamento da globalização, aliado à insuficiência do Estado em prover necessidades sociais, culturais e políticas, levou a conquistas de direitos e de democratização em esferas de atuação conjunta da sociedade civil em parceria com entes estatais.

Esse fenômeno se alastrou e tem sido verificado, com maior efeito, no contexto latino-americano, que evidencia, nos últimos anos, o surgimento de movimentos sociais preocupados com transformações sociais em várias frentes, abordando desde a questão do direito à moradia, de gênero, até a defesa de mudanças estruturais de abrangência internacional, como é o caso do Fórum Social Mundial.

No Brasil, um dos movimentos sociais, gestado no final dos anos 80, tem como foco o debate sobre a democratização do setor de comunicação no país. O presente artigo tem como proposta discutir os desafios contemporâneos para democratizar os meios de comunicação.

Em um primeiro momento, abordam-se aspectos teóricos acerca da definição dos movimentos sociais para, em seguida, examinar os avanços e retrocessos da pauta da democratização da mídia e apontar as perspectivas para o movimento social que atua na área das comunicações.

2. BREVES APONTAMENTOS SOBRE OS MOVIMENTOS SOCIAIS

O contexto latino-americano é marcado pela heterogeneidade de movimentos sociais. Tanto que a abordagem dos autores leva à dificuldade em se trazer uma conceituação acabada para o termo. No Brasil, Gohn (2012) e (2014) tem estudos pioneiros na área. A autora explicita o conceito de movimento social:

Um movimento social é sempre expressão de uma ação coletiva e decorre de uma luta sociopolítica, econômica ou cultural. Usualmente ele tem os seguintes elementos constituintes: demandas que configuram sua identidade; adversários e aliados; bases, lideranças e assessorias – que se organizam em articuladores e articulações e formam redes de mobilizações -, práticas comunicativas diversas que vão da oralidade direta aos modernos recursos tecnológicos; projetos ou visões de mundo que dão suporte a suas demandas; e culturas próprias nas formas como sustentam e encaminham suas reivindicações. (GOHN, 2014, p. 14)

Com efeito, os movimentos sociais podem ser definidos a partir de ações que

incidem nos campos político, econômico ou cultural e que são construídas por atores sociais coletivos oriundos de diferentes grupos da sociedade. Segundo Gohn (2014), essas articulações se dão em determinados contextos e criam um campo político de força social na sociedade civil.

Em geral, essas ações desenvolvidas pelos movimentos se baseiam em repertórios criados sobre temas e problemas em conflitos e disputas vivenciados pelo grupo na sociedade.

Sob o ponto de vista das consequências dessas ações, pode-se apontar que os movimentos trazem inovações na esfera pública, ao participarem direta ou indiretamente da luta política de um país, contribuindo, portanto, para a transformação da sociedade civil (GOHN, 2014).

Ao trazer outra definição para o termo, Peruzzo (2010) sintetiza que os movimentos sociais são articulações da sociedade civil constituídas por segmentos da população que se reconhecem como portadores de direitos, mas que não se efetivaram na prática.

Segundo a autora, enquanto forças organizadas, conscientes e dispostas a lutar, os movimentos sociais são artífices de primeira ordem no processo de transformação social, ainda que outros fatores e atores devem ser considerados para a realização de mudanças (PERUZZO, 2010).

Outro aspecto comumente associado aos movimentos é a capacidade de criar uma identidade coletiva para o grupo, a partir dos interesses em comum. “Esta identidade é amalgamada pela força do princípio da solidariedade e construída a

partir da base referencial de valores culturais e políticos compartilhados pelo grupo, em espaços coletivos não institucionalizados” (GOHN, 2012, p. 251).

Logo:

Internamente, o princípio da solidariedade é o núcleo de articulação central entre os diferentes atores envolvidos, a partir de uma base referencial comum de valores e ideologias construídos na trajetória do grupo, ou advindos dos usos e tradições e compartilhados pelo conjunto. É necessário destacar que quando se fala em solidariedade não se quer dizer que os movimentos sejam internamente espaços harmoniosos ou homogêneos. Ao contrário, o usual é a existência de inúmeros conflitos e tendências internas. Mas a forma como se apresentam no espaço público, o discurso que elaboram, as práticas que articulam nos eventos externos, criam um imaginário social de unicidade, uma visão de totalidade. A solidariedade é o princípio que costura as diferenças fazendo com que a representação simbólica construída e projetada para o outro – não movimento – seja coerente e articulada em propostas que encubram as diferenças externas, apresentando-se, usualmente, de forma clara e objetiva. Para tal é preciso que se observem os códigos político-culturais que eles constroem, pois são estes códigos que sistematizam as demandas e criam sobre elas representações. (GOHN, 2012, p. 253)

A ideia de solidariedade também é visível na obra de Melucci (1989). Para o autor, um movimento social é analiticamente definido como uma forma de ação coletiva (ou seja, na capacidade de reconhecer e ser reconhecido como uma parte da mesma

unidade social) baseada na solidariedade, desenvolvendo um conflito e rompendo os limites do sistema em que ocorre a ação. Ao identificar os movimentos sociais como “sistemas de ação que operam num campo sistêmico de possibilidades e limites”, Melucci (1989) afirma que os atores teriam a função simbólica de anunciar para a sociedade que existe um problema fundamental numa determinada área.

Para além desta dimensão, Tarrow (2004) atribui o surgimento dos movimentos sociais às oportunidades políticas que permitem a intervenção dos agentes sociais. Desta maneira, “em sua base se encontram as redes sociais e os símbolos culturais por meio dos quais se estruturam as relações sociais. Quanto mais densas forem as primeiras e mais familiares os segundos, mais provável será que os movimentos se generalizem e perdurem” (TARROW, 2004, p.17-18, tradução nossa).

Outro aspecto atribuído por Tarrow (2004) aos movimentos sociais é o desafio coletivo que, por sua vez, não se limita a uma única classe de ação, uma vez que os movimentos, especialmente os organizados, recorrem a diversos tipos de estratégias de atuação, passando pela formação de grupos de pressão, pela negociação com as autoridades e mesmo pelo questionamento dos códigos culturais por meio de novas práticas pessoais.

Na compreensão de Della Porta e Diani (2006), os movimentos sociais não podem ser definidos como eventos de protestos em certas questões ou mesmo campanhas específicas.

Pelo contrário, o processo de um movimento social só está em vigor quando as

identidades coletivas se desenvolvem, indo além de eventos e iniciativas específicas. A identidade coletiva está fortemente associada com o reconhecimento e a criação de conectividade. Ela traz consigo um senso de propósito comum e compartilha o compromisso com uma causa, que permite aos ativistas e/ou organizações individuais se considerarem como intrinsecamente ligados a outros atores, não necessariamente idênticos, mas certamente compatíveis, em um coletivo mais amplo de mobilização. (DELLA PORTA; DIANI, 2006, p. 21, tradução nossa)

Neste mesmo sentido, entende-se que há diferenças entre os atores participantes do movimento. Porém, há que se destacar que a existência de um princípio comum permite considerar a prática como movimento social.

Ademais, Gohn (2012) postula que os movimentos têm uma concretude e, para viabilizar as suas pautas e agendas de ação, apoiam-se em instituições e organizações da sociedade civil e política. Sobre as implicações desta relação:

Muitas vezes a proximidade desta interação é tamanha, ou o conflito que permeia suas ações se regulamentou de tal forma, que ele deixa de ser movimento e se transforma numa organização. Na realidade, usualmente a trama que tece as relações entre o movimento e as organizações precede a própria existência do movimento. Este dado é importante porque muitos analistas têm uma concepção linear dos movimentos, afirmando que nasceriam em função das carências e interesses e depois marchariam para a institucionalização por meio de sua transformação em organização. Esta trajetória

até poderá ocorrer, mas as organizações que dão origem aos movimentos – a que chamamos matrizes – são do tipo ONGs, partidos, sindicatos, Igrejas etc. Elas configuram as linhas gerais do projeto que o movimento construirá em sua trajetória. (GOHN, 2012, p. 253-254)

Para tanto, é certo que os movimentos sociais adquiriram visibilidade na sociedade, ao cobrar do Estado e reivindicar ações direcionadas para melhorar e solucionar as demandas coletivas.

Ao mesmo tempo, o Estado, diante do processo em curso de globalização, perdeu espaço nas questões de regulação e controle, havendo, cada vez mais, parcerias com instâncias da sociedade para o atendimento de reivindicações.

Na análise dos movimentos sociais, Gohn (2012) também enfatiza a relevância de fatores internos e externos, pois seriam dois aspectos essenciais para demonstrar a totalidade dos grupos. Internamente, analisa-se a construção de repertórios de demandas segundo determinados valores, crenças, ideologias, além das estratégias de ação que os projetam. Assim, nos aspectos internos, observam-se a ideologia, o projeto, a organização e as práticas do movimento.

Por outro lado, do ponto de vista externo, devem ser considerados o contexto sociopolítico e cultural em que os movimentos se inserem; as articulações e redes externas construídas pelas lideranças e militantes em geral e ainda as relações estabelecidas com os órgãos estatais e demais elementos da sociedade política.

Para que haja uma demanda, há necessidade de que haja uma carência não aten-

tida (de ordem econômica, política, social e cultural) ou projetos de uma utopia. As carências podem ser de bens materiais ou simbólicos. A luta contra as desigualdades no tratamento das pessoas em relação a cor, raça, nacionalidade, religião, idade, sexo etc. situa-se no plano do simbólico, dos valores sociais existentes. O triunfo maior destas lutas, geralmente, é a obtenção de leis que demarquem ou redefinem relações sociais existentes. O triunfo de uma carência material é a obtenção do bem demandado, na sua totalidade ou não. (GOHN, 2012, p. 255-256)

Neste aspecto, é com base neste conjunto de articulações e demandas que se pensa na estrutura de um movimento social como um todo. Assim sendo, nota-se as relações complexas e particulares que embasam a definição dos movimentos sociais, suas práticas, carências, agendas e desafios.

No âmbito internacional e com análises sobre os movimentos sociais na América Latina, Alain Touraine é tomado como uma referência nos estudos sobre o tema. Para o autor, um movimento social é definido como a “ação conflitante de agentes das classes sociais lutando pelo controle do sistema de ação histórica” (TOURAINÉ, 1994, p. 283).

Entende-se, segundo esta concepção, a existência do sujeito como um ator coletivo que busca se apossar dos “valores”, das orientações culturais de uma sociedade, ao mesmo tempo em que se opõe à ação de um adversário ao qual está ligado por relações de poder. Logo:

Um movimento social é ao mesmo tempo um conflito social e um projeto cultural. Ele visa sempre a realização de valores

culturais, ao mesmo tempo que a vitória sobre um adversário social. Uma luta reivindicadora não é por si mesma um movimento social; ela pode ser defesa corporativa, utilização da conjuntura sobre o mercado de trabalho e até pressão política. Para que ela se torne movimento social, é preciso que fale em nome dos valores da sociedade industrial e se faça sua defensora, contra seus próprios adversários. (TOURAINÉ, 1999, p. 254)

A noção de conflito, também presente em Della Porta e Diani (2006), tem lugar central em Touraine (1999), para o qual os movimentos sociais, mesmo quando lhes faltam uma organização e uma capacidade de ação permanente, já deixam transparecer uma nova geração de problemas e de conflitos ao mesmo tempo sociais e culturais.

Não obstante, uma das novidades no pensamento do autor é que, ao contrário dos movimentos do passado, que lutavam pela direção dos meios de produção, os novos movimentos sociais enfatizam a disputa pelas finalidades das produções culturais, como é o caso da informação de massa. “Os interesses defendidos pelos movimentos sociais são os de uma classe envolvida na luta pela dominação de uma historicidade, portanto de um modelo cultural, de uma forma de necessidades” (TOURAINÉ, 1994, p. 299).

Tal pensamento traz contribuições para se pensar as relações de dominação que se dão no campo da mídia, dado que leva a questionamentos acerca da existência de um sistema de comunicação que poderia ser mais democrático e capaz de oferecer maior variedade e pluralidade cultural, tal qual reivindica o movimento social pela democratização da mídia.

3. METODOLOGIA

A presente pesquisa compreende um estudo qualitativo. Neste tipo de análise, buscam-se soluções que realçam o modo como a experiência social é criada e adquirir significado, além de enfatizar a natureza repleta de valores da investigação.

Conforme definem Denzin e Lincoln (2006, p. 23), “a palavra qualitativa implica uma ênfase sobre a qualidade das entidades e sobre os processos e os significados que não são examinados ou medidos experimentalmente”.

Neste sentido, a pesquisa qualitativa enfatiza a natureza socialmente construída da realidade, a íntima relação entre o pesquisador e o que é estudado, e as limitações situacionais que influenciam a investigação. Além do mais, neste tipo de estudo, há uma grande variedade de abordagens e métodos, levando o pesquisador a adotar ampla variedade de práticas interpretativas interligadas, na esperança de conseguir compreender melhor o assunto que está ao alcance.

Inicialmente, optou-se pelo estudo de caso como método de pesquisa, considerando que a investigação se orienta pelas ações do movimento pela democratização da mídia com a finalidade de obter generalizações. A proposta é examinar o tema, observando a maior parte dos fatores que o influenciaram e na maioria de seus aspectos. As referências bibliográficas consultadas buscaram contribuir para refletir sobre as características dos movimentos sociais, sendo úteis como base teórica para a análise relacionada ao campo da mídia.

Ao discutir o estudo de caso, Yin (2010, p. 24) afirma que, “como método de pesquisa, o estudo de caso é usado em muitas situações, para contribuir ao nosso conhecimento dos fenômenos individuais, grupais, organizacionais, sociais, políticos e relacionados”.

Já no que se refere às técnicas de coletas de dados, em um primeiro momento recorreu-se à análise de documentos disponíveis sobre a atuação do FNDC. Essas informações foram buscadas no site da organização e também se basearam em notícias divulgadas pelo FNDC por meio de um *clipping* diário enviado pelo fórum a seus assinantes, assim como em legislações da radiodifusão, acerca das quais o movimento pela democratização reivindicava mudanças democratizantes para o setor. Reportagens veiculadas em meios alternativos também foram fontes de pesquisa.

As entrevistas foram realizadas entre os dias 26 e 28 de maio deste ano na UnB (Universidade de Brasília), durante a 20ª Plenária do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC). A plenária ocorreu durante o 3º ENDC (Encontro Nacional pelo Direito à Comunicação), evento que reúne dezenas de ativistas e militantes da democratização da mídia de todo o país. A plenária decide e elege o plano de ações e atividades do movimento para o ano seguinte.

Em um dos eixos específicos da 20ª Plenária, o movimento pela democratização elegeu o reforço das ações do próprio movimento social, como forma de possibilitar maior resultado nas ações da sociedade civil organizada. As sugestões específicas para o eixo foram: pautar a democratização da comunicação como eixo estratégico central no Fórum Social Mundial de 2018 que será realizado em Salvador (BA); realizar

ações de formação para fortalecer a comunicação popular e a luta pela democratização das comunicações junto aos movimentos sociais; promover estratégias de comunicação entre comitês do FNDC para dar mais visibilidade às ações e lutas desenvolvidas pelo movimento; realização de treinamentos práticos e técnicos sobre o uso das redes sociais nos comitês locais do fórum.

O encontro ocorre periodicamente para o movimento debater as estratégias de ações realizadas, bem como os objetivos traçados e resultados alcançados. Os procedimentos adotados foram entrevistas semi-estruturadas com representantes das seguintes organizações e entidades: FNDC (diretoria geral e secretaria executiva). Já entre os segmentos de outras organizações presentes na plenária, cabe destacar: Coletivo Brasil de Comunicação Social – Inter-vozes; Central Única dos Trabalhadores (CUT); Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST); Ufeco (União Florianopolitana de Entidades Comunitárias); Sindicato dos Enfermeiros; Abepec (Associação Brasileira das Emissoras Públicas, Educativas e Culturais); Abraço (Associação Brasileira de Radiodifusão Comunitária); Associação Cearense de Imprensa.

Os entrevistados representam entidades associadas ao FNDC e participaram da plenária com perguntas e sugestões, razão pela qual se buscou ouvi-los. O roteiro de entrevistas questionou, entre outros aspectos, qual seria o ator que dificulta avanços na pauta da democratização da comunicação no país e como é compreendido o papel do FNDC como movimento social que conduz a luta para democratizar a mídia.

No trabalho, também foram entrevistados representantes do Poder Legislativo

– dois deputados federais que integram a Frentecom (Frente Parlamentar pela Liberdade de Expressão e o Direito à Comunicação com Participação Popular) – Jean Wyllys (PSOL/RJ) e Luciana Santos (PCdoB/PE). A Frentecom surgiu em 2011, a partir de iniciativa da Câmara dos Deputados em parceria com entidades da sociedade civil organizada. O grupo articula as demandas sociais, defendendo as propostas que ampliam o direito à comunicação. Um dos objetivos da frente é defender as resoluções aprovadas na 1ª Confecom. Na pesquisa em andamento, pretende-se, ainda, ouvir representantes do Ministério das Comunicações, hoje denominado Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, e do segmento de radiodifusão.

4. A COMUNICAÇÃO COMO PAUTA DO MOVIMENTO BRASILEIRO PELA DEMOCRATIZAÇÃO

A exemplo de outras partes do mundo, o cenário latino-americano enfrenta, no decorrer das últimas décadas, a substituição dos valores coletivos e públicos, anteriormente coordenados pelo Estado, pelos domínios do mercado.

Esse fenômeno se aprofundou com a globalização e atingiu diretamente diferentes setores. Para Jambeiro (2000), o resultado da ação do mercado como regulador social tem sido bastante danoso, do ponto de vista da expansão da democracia, nas áreas da cultura e das comunicações.

Na compreensão de Moraes (2011), nos últimos 20 anos, as políticas públicas de comunicação tornaram-se escassas e insuficientes, sendo os controles monopólicos favorecidos por legislações omissas. Com isso, “os interesses mercantis acabaram preponderando na convergência digital, viabilizada pela hibridação das infraestruturas de geração de dados, imagens e sons” (MORAES, 2011, p. 54).

Como consequência, a concentração das estruturas empresariais e econômicas tem sido indutora de desequilíbrios sobre os cidadãos que, não raro, se veem com reduzidas possibilidades de interferir nas políticas do setor. Desta forma:

Um dos pontos recorrentes nos debates, propostas e documentos diz respeito à reestruturação da radiodifusão, tendo como pressuposto uma distribuição equitativa e complementar entre três instâncias: o Estado (para assegurar um serviço público de qualidade), o setor privado (com fins lucrativos e responsabilidades sociais) e o setor social (sem fins lucrativos, independente do poder estatal e constituído por entidades e movimentos comunitários, sociais, étnicos e de gênero, universidades, sindicatos, associações profissionais etc). (MORAES, 2011, p. 55-56)

No caso brasileiro, a manutenção histórica de um quadro de concentração no setor de radiodifusão comercial leva a questionamentos acerca da necessidade da democratização da mídia, pois, como assinalam Liedtke (2003), Bolaño (2007), Pieranti (2007) e Lima (2011), as políticas de comunicação priorizaram, historicamente, os atores comerciais, sobretudo as grandes emissoras de televisão aberta.

É dentro desta lógica que, em meados da década de 1980, surge, ao lado da luta para o país sair de um regime ditatorial e se democratizar, o que se denominou movimento brasileiro pela democratização da comunicação.

A iniciativa, que agregava inicialmente jornalistas, professores, estudantes e entidades da sociedade civil¹, formou a Frente Nacional por Políticas Democráticas de Comunicação, cuja atuação ativa esteve ligada aos debates da redação do capítulo da Comunicação Social na Constituição Federal de 1988.

Apesar de derrotado no processo Constituinte (SOUZA, 1996), o movimento se rearticulou e contribuiu para a criação, em 1991, do FNDC (Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação), organização da sociedade civil que se tornou representativa e reúne, até os dias de hoje, os grupos sociais mais atuantes na defesa da regulamentação e democratização da mídia.

Para melhor compreender as forças que compõem esse grupo, recorre-se à definição:

Quando falamos em movimento pela democratização da comunicação, estamos nos referindo aos inúmeros movimentos, grupos, experiências sociais e culturais que se desenvolvem na sociedade brasileira com o intuito de expressar diversas vozes, culturas e ideologias

que não têm chance de manifestar-se livremente ou são ignoradas pela mídia brasileira. São centenas de grupos de comunicação, cultura popular e sindical, que se articulam em complexas redes de movimentos sociais. Estas redes de movimentos que vêm se formando no Brasil apresentam características comuns: busca de articulação de atores e movimentos sociais e culturais; transnacionalidade; pluralismo organizacional e ideológico; atuação nos campos cultural e político. (SOUZA, 1996, p. 24)

Em uma aproximação com as definições de Peruzzo (2010) e Gohn (2012) sobre a variedade dos movimentos sociais, o movimento pela democratização tem hoje mais de 500 organizações adeptas à pauta de transformações no panorama da comunicação².

Porém, cabe observar que, devido ao conjunto diversificado de grupos envolvidos, nem sempre há congruência nas ações do movimento pela democratização como um todo.

Como assinalam Della Porta e Diani (2006), há na atualidade um reconhecimento maior dos atores sociais, considerando que os movimentos sociais ajudaram na democratização e contribuíram para abordagens mais participativas em democracias representativas. Assim,

[1] Foi no curso de Comunicação Social da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) que alguns professores e alunos gestaram a formulação de uma proposta de lutas pela democratização da comunicação. No IV Encontro Nacional de Estudantes de Comunicação, ocorrido entre 26 e 28 de setembro de 1980 em Curitiba (PR), essas propostas foram apresentadas e defendidas como teses publicamente pela primeira vez.

[2] Entre as entidades nacionais integrantes do Fórum, estão a CUT (Central Única dos Trabalhadores), a FENAJ (Federação Nacional dos Jornalistas) e a Força Sindical. Também fazem parte do movimento grupos com militância em áreas diversas, como o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto, a UNE (União Nacional dos Estudantes), a Marcha Mundial das Mulheres, entre outros.

Se a democratização promove a democracia através do alargamento dos direitos dos cidadãos e a responsabilidade pública das elites dominantes, os movimentos sociais apoiam a democracia. De fato, ao pressionar pelo reconhecimento dos direitos associativos, os movimentos sociais contribuem para a democratização. (DELLA PORTA; DIANI, 2006, p. 245, tradução nossa).

Não obstante, ainda que reconheçam a relevância dos espaços ocupados pelos segmentos sociais, ao dar voz a grupos não-hegemônicos, Della Porta e Diani (2006) apontam que nem sempre a mobilização dos movimentos sociais contribui para a democratização.

Rocha (2015) complementa que, dentre as diversas demandas que precisam ser atendidas para que o setor seja democraticamente regulado, a transparência torna-se fundamental, pois

Além de serem prejudicados pela falta de investimentos públicos em comunicação no país, não só movimentos sociais, mas também pequenos empreendimentos e meios alternativos sofrem com a falta de transparência e, principalmente, com a ausência de mecanismos de participação social (audiências e chamadas públicas) que garantam um amplo debate público nos processos de outorga e renovação das concessões. (ROCHA, 2015, p. 29)

Essa constatação serve para a compreensão das ações do movimento em períodos históricos brasileiros, tendo em vista que, diante do poder comercial da radiodifusão e da dificuldade do governo em dar andamento à agenda da democratização, foram pontuais as conquistas democratizantes na área.

5. DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS PARA DEMOCRATIZAR A MÍDIA NO BRASIL: AVANÇOS E RETROCESSOS

Os grupos de comunicação sempre combateram a ideia dos movimentos sociais de democratizar os meios, mas esse posicionamento não impediu a ocorrência de conquistas dos grupos que buscam alternativas para que a mídia seja mais plural e menos concentrada.

Em 1995, um dos resultados favoráveis do movimento foi a aprovação da Lei do Cabo, em um processo que regulamentou o funcionamento dos canais privados no sistema brasileiro de televisão por assinatura, permitindo a criação de um conjunto de emissoras comunitárias, universitárias e de canais públicos ligados aos poderes Legislativo e judiciário, trazendo novas opções ao público telespectador.

Outra conquista veio em 1998, com a aprovação da Lei da Radiodifusão Comunitária. Em 2002, finalmente foi instalado, com duas décadas de atraso, o Conselho de Comunicação Social, previsto na Constituição de 1988 e tomado como espaço de participação social nas políticas do setor.

Em 2008, a luta pela democratização teve como ponto favorável a criação da EBC (Empresa Brasil de Comunicação), abrindo a possibilidade de fortalecimento do sistema público de comunicação no país. Um ano depois, em 2009, ocorre a 1ª Confecom (Conferência Nacional de Comunicação), após ampla mobilização para que houvesse um espaço de debate inédito entre a sociedade civil, o governo e o empresariado da radiodifusão.

Com base na literatura estudada sobre o tema, tais avanços podem ser considerados pontuais para a democratização. Como lembra Liedtke (2003, p. 46), “em alguns momentos, o Estado cede às pressões dos movimentos sociais, formulando leis que alteram a regulamentação dos meios, em determinados períodos de interlocução com a sociedade civil”.

No que se refere à 1ª Conferência Nacional de Comunicação, aponta-se que

A Confecom, a exemplo das demais conferências ocorridas no governo Lula, constituiu-se em um importante instrumento de consulta popular, garantindo a participação da sociedade civil na formulação de políticas públicas. Trata-se de uma conquista política oriunda das lutas pela cidadania e pela democratização dos meios de comunicação de massa no Brasil por parte das entidades populares, representadas nas propostas aprovadas durante a sua realização em 2010 e que até agora não foram implementadas. (LIEDTKE; AGUIAR, 2013, p. 76-77)

Em geral, no período pós-Confecom (2009-2017), os movimentos sociais tiveram dificuldades em obter avanços na pauta da regulamentação da mídia. Não bastasse o consagrado boicote dos veículos dominantes de mídia, os governos recentes não enfrentaram a temática da democratização, ainda que provocados pelos segmentos sociais.

Inicialmente, havia expectativas de que as resoluções aprovadas na 1ª Confecom saíssem do papel e se tornassem uma realidade concreta. No entanto, não foi o que ocorreu e os canais de interlocução com o governo ficaram ainda mais reduzidos.

Segundo Bia Barbosa, secretária geral do FNDC³, a principal dificuldade para colocar as resoluções da Confecom em execução recaiu na falta de vontade e empenho político do governo federal em implementar políticas públicas de comunicação, considerando que as conferências nacionais são espaços convocados pelo Executivo federal e que resultam, na maior parte dos casos, em planos nacionais para as áreas.

Para a representante do fórum, que congrega os principais movimentos sociais que discutem alternativas para um novo sistema de comunicação no país, “a Confecom, além de não ter nenhum órgão que pudesse zelar pela implementação das 633 resoluções aprovadas no evento, porque o Brasil não tem um Conselho Nacional de Comunicação, assim como tem outras áreas, como saúde, educação e meio ambiente. A gente dependeu muito do poder público para implementar essas resoluções, como acontece nas outras áreas também. Foi uma agenda que não se mexeu no país”⁴.

Em abril de 2014, um dos avanços na área foi a aprovação do marco civil da internet, proposta que estabelece os princípios, direitos, deveres e garantias dos usuários no uso da rede no país. Desde o começo do debate, a matéria teve participação ativa da sociedade. O texto esteve em consulta pública e recebeu 2.300 sugestões e emendas de internautas.

No Congresso Nacional, a pressão e articulação das entidades da sociedade civil também contribuíram. Durante mais de três anos de tramitação nas casas legislativas,

[3] Entrevista concedida ao autor.

[4] Entrevista concedida ao autor.

as organizações lutaram pela garantia dos direitos dos usuários e enfrentaram a pressão de interesses das grandes empresas que dominam o setor de telecomunicações. Um dos pontos polêmicos contemplados pelo texto foi a neutralidade da rede, que determina tratamento igual para todos os conteúdos que trafegam na internet, impedindo a discriminação de usuários.

Aliado ao retrocesso no caso da Confecom, o governo federal adotou, a partir de 2016, novas posturas em relação à agenda da democratização da comunicação. Uma das medidas neste sentido foi a fusão do ministério das Comunicações com os ministérios da Ciência, Tecnologia e Inovação. A mudança foi contestada pelas organizações que lutam pela democratização, tendo em vista que cabia ao ministério das Comunicações as funções de regular o setor de radiodifusão e gerenciar as políticas nacionais da área, havendo já dificuldades históricas de avanços nas políticas enquanto se tratava de um único ministério.

A comunicação pública também sofreu reveses em 2016, com ingerências governamentais no mandato do presidente da Empresa Brasil de Comunicação (EBC) e principalmente com a extinção do Conselho Curador da empresa (MARTINS, 2016). Conquistada do movimento social, o conselho zelava pelos princípios e pela autonomia da EBC, impedindo a ingerência indevida do governo e do mercado sobre a programação e gestão da comunicação pública. Instância de participação social, o conselho era fundamental para a manutenção do caráter público da EBC.

A partir destas medidas, consideradas de “desmonte da comunicação pública”, a pauta da democratização da mídia

necessita de novo impulso para provocar mudanças efetivas no panorama midiático.

Mais recentemente, em 2017, o governo federal exerceu nova investida contra os planos de democratização da comunicação. Por meio de medida provisória, alterou regras para outorgas de radiodifusão, retirando obrigações básicas das empresas na prestação do serviço. A mudança favorece o empresariado do setor, uma vez que a medida anistia os concessionários de radiodifusão que perderam o prazo para renovar as concessões.

Desta forma, ainda que os resultados efetivos conquistados pelo movimento brasileiro pela democratização dos meios de comunicação tenham sido pequenos, o grupo tem permitido a veiculação de ideias alternativas e de orientação contra-hegemônica.

Dito de outra forma,

A interferência cada vez maior das forças reivindicantes da sociedade civil e seu poder criativo e inovador na cena pública (aí incluída a arena da comunicação) se convertem em requisitos indispensáveis para vislumbrarmos fraturas e superações do quadro adverso da dominação. Significa ter como meta construir outra hegemonia, fundada na justiça social, nos direitos da cidadania, na diversidade informativa e no pluralismo. (MORAES, 2009, p. 52-53)

Se pensadas num ambiente democrático, essas formas de pressão realizadas pelas organizações auxiliam na circulação de ideias que não têm espaço nos meios dominantes.

Essa “outra” comunicação, realizada por setores organizados das classes

subalternas, expressa as necessidades de mobilização social, de falar com seus públicos e de externar sua visão de mundo na sociedade, visando conquistar a hegemonia. Logo, o empoderamento desses processos sociais autônomos, que são criados nos movimentos sociais, é visto como necessidade, enquanto canais de expressão para a mobilização e organização popular.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O movimento social brasileiro que lida com a causa da democratização da mídia vem contribuindo, ao longo das últimas décadas, para a discussão de um tema ainda distante da maioria dos cidadãos: a comunicação.

Diante do alargamento do poder de mercado sobre as várias esferas da sociedade, como é o caso da cultura, os valores cidadãos acabaram perdendo espaço, ao mesmo tempo em que o Estado encolheu na sua função reguladora.

Neste contexto, os variados movimentos sociais têm se esforçado, por meio de redes e articulações diversas, para ter espaços de expressão e conseguirem a visibilidade social que lhes é negada pelos meios de comunicação hegemônicos.

Ainda que enfrente barreiras para conseguir transformações no setor de mídia, entende-se que a atuação desses grupos é legítima e trouxe avanços pontuais na agenda da democratização.

Os desafios para a área perpassam várias dimensões, como a educação crítica da mídia, o entendimento da comunicação como um direito humano e a mobilização dos movimentos sociais para cobrar mudanças em defesa da garantia dos direitos dos cidadãos.

Outrossim, a democratização da comunicação somente será efetivada na medida em que a concentração dos meios for reduzida, permitindo a abertura de espaços a segmentos da sociedade civil organizada. A atualização regulatória no setor de radiodifusão, se acompanhada de políticas públicas e culturais, seria o caminho necessário para aproximar o Brasil de padrões internacionais de legislação na área, aspectos já conquistados por alguns países latino-americanos. ■

[CARLOS HENRIQUE DEMARCHI]

Doutorando em Comunicação na Unesp (Universidade Estadual Paulista), campus de Bauru (SP), sendo vinculado à linha de pesquisa "Gestão e políticas da informação e da comunicação". Leciona no Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium (Unisalesiano).
E-mail: carlosdemarchi@faac.unesp.br

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOLAÑO, César Ricardo Siqueira. **Qual a lógica das políticas de comunicação no Brasil?** São Paulo: Paulus, 2007.

DELLA PORTA, Donatella; DIANI, Mario. **Social movements:** an introduction. Oxford: Blackwell Publishing, 2006.

DENZIN, Norman; LINCOLN, Yvonna. **Pesquisa qualitativa:** teorias e abordagens. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.

GOHN, Maria da Glória. **Teorias dos movimentos sociais:** paradigmas clássicos e contemporâneos. 10. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2012.

_____. **Novas teorias dos movimentos sociais.** 5. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

JAMBEIRO, Othon. **Regulando a TV:** uma visão comparativa no Mercosul. Salvador: EDUFBA, 2000.

LIEDTKE, Paulo Fernando. Políticas públicas de comunicação e o controle da mídia no Brasil. **Revista Em tese**, Florianópolis, v.1, n.1, p.39-69, ago-dez, 2003.

LIEDTKE, Paulo; AGUIAR, Itamar. Políticas públicas de comunicação no Governo Lula (2003-2010): avanços e retrocessos rumo à democratização do setor. In: BRITTES, Juçara (Org.). **Saber militante:** teoria e crítica nas políticas de comunicação do Brasil. Santa Maria: FACOS-UFSM; São Paulo: Intercom, 2013. p. 65-84.

LIMA, Venício. **Regulação das comunicações:** história, poder e direitos. São Paulo: Paulus, 2011.

MARTINS, Mariana. Intervenção de Temer sinaliza desmonte na EBC. **Carta Capital**, maio, 2016. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/blogs/intervozes/intervencao-de-temersinaliza-desmonte-da-ebc>>. Acesso em: 6 out. 2017.

MELUCCI, Alberto. Um objetivo para os movimentos sociais? **Revista Lua Nova**, São Paulo, n.17, jun. 1989. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ln/n17/a04n17.pdf>>. Acesso em: 5 dez. 2017.

MORAES, Dênis. **A batalha da mídia:** governos progressistas e políticas de comunicação na América Latina e outros ensaios. Rio de Janeiro: Pão e Rosas, 2009.

_____. **Vozes abertas da América Latina:** Estado, políticas públicas e democratização da comunicação. Rio de Janeiro: Mauad X: Faperj, 2011.

PERUZZO, Cicilia. A comunicação nos movimentos sociais: exercício de um direito humano. **Revista Diálogos de la comunicación**, Colômbia, n.82, p.1-7, set.dez. 2010. Disponível em: <<http://dialogosfelafacs.net/wp-content/uploads/2015/82/82-revista-dialogos-comunicacion-en-movimientos-sociales.pdf>>. Acesso em: 30 set. 2017.

PIERANTI, Octavio Penna. **Políticas públicas para radiodifusão e imprensa: ação e omissão do Estado no Brasil pós-1964**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

ROCHA, Claudia. Radiodifusão: modelo de concessão exclui movimentos sociais. In: MIELLI, Renata (Org). **Direitos negados: um retrato da luta pela democratização da comunicação**. São Paulo: Centro de Estudos da Mídia Barão de Itararé, 2015. p.25-32.

SOUZA, Marcio Vieira. **As vozes do silêncio: o movimento pela democratização da comunicação no Brasil**. Florianópolis: Diálogo, 1996.

TARROW, Sidney. **El poder en movimiento: los movimientos sociales, la acción colectiva y la política**. Madrid: Alianza editorial, 2004.

TOURAINÉ, Alain. Movimentos sociais. In: FORACCHI, Marialice; MARTINS, José de Souza (Orgs.). **Sociologia e sociedade: leituras de introdução à sociologia**. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos Editora, 1994.

_____. **Crítica da modernidade**. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

YIN, Robert. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 4. ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.